

Depois das manifestações, sinais de uma crise existencial

Como é possível que um texto legislativo que devia estabelecer um mecanismo de extradição para a China continental, Taiwan e Macau de pessoas procuradas por atos criminosos tenha levado um em cada sete habitantes de Hong Kong a sair às ruas no domingo, 10 de Junho, e gerado um clima de insurreição dois dias depois? A resposta, evidentemente, é que o que está em jogo em Hong Kong hoje em dia vai muito além do texto incriminatório. Para a grande maioria dos habitantes de Hong Kong, estudantes, professores, até mesmo empresários e comerciantes, esta emenda aparece como o último prego no caixão da autonomia do território em relação à China.

Quando o Reino Unido se retirou de Hong Kong em 1 de Julho de 1997, os principais interessados ficaram bastante satisfeitos. A China estava se abrindo para o mundo e, segundo eles, em processo de democratização. Eles não viram nenhuma desvantagem em se ligar ao continente, mantendo certas peculiaridades políticas e jurídicas de acordo com a fórmula de um país, dois sistemas. “A declaração conjunta sino-britânica, apesar de certas ambiguidades da língua, prometeu ao povo de Hong Kong democracia no sentido pleno do termo”, recorda o académico Jean-Pierre Cabestan e o investigador Eric Florence na revista *Chinese Perspectives* (terceiro trimestre de 2018), dedicada a Hong Kong. A integração económica do território na China começou, aliás, antes da retrocessão e Pequim não tinha interesse, pensou-se, em prejudicar esta região administrativa especial (RAE), que é sem dúvida minúscula, mas que representava então mais de 25% da riqueza produzida pela China.

Repressão

Um primeiro aviso veio em 2003, quando o chefe do executivo de Hong Kong, Tung Chee-hwa, um magnata do comércio marítimo, tentou, sob pressão de Pequim, promulgar uma lei de segurança nacional que violava as liberdades; 500.000 habitantes de Hong Kong saíram às ruas, forçando o governo a abandonar, pelo menos temporariamente, seu projeto. A China chegou mesmo a prometer, em 2007, o estabelecimento do sufrágio universal até 2017, uma vez que o chefe do executivo é eleito por um Conselho Legislativo composto por igual número de membros eleitos por sufrágio universal e representantes das categorias profissionais.

Poucos anos depois, em agosto de 2014, a China decidiu que os candidatos ao cargo de chefe executivo deveriam ser selecionados por um comitê de 1.200 pessoas e depois ratificados por Pequim. Grande parte da população entendia esta decisão como traição. Por mais de dois meses, dezenas de milhares de estudantes líderes de Hong Kong paralisaram as artérias centrais de Hong Kong durante a revolução dos guarda-chuvas. No entanto, não alcançaram o verdadeiro sufrágio universal que afirmavam. Pequim mantém o atual sistema eleitoral

Além disso, todas as reformas democráticas foram adiadas *sine die*. Como resultado dessa mobilização, o poder central de Hong Kong está a insistir na recuperação do controle com medidas que duraram até hoje. Em 2016, os jovens representantes dos chamados partidos localistas, que emergiram do movimento dos guarda-chuvas e foram eleitos para o parlamento, perderam seus assentos. A detenção na China, nesse mesmo ano, de editores e livreiros de Hong Kong alertou um pouco mais para a deterioração do clima de liberdade.

As desigualdades seguem aumentando

Sinal da deterioração da situação: A Alemanha acaba de conceder asilo político a dois ativistas pró-democracia procurados pela polícia local por participarem em

manifestações em 2016. A primeira que perturbou a China e o governo de Hong-Kong. “O fato de um milhão de pessoas terem saído às ruas quando os principais líderes do movimento de 2014, incluindo acadêmicos altamente respeitados, estão na prisão, mostra o fracasso total da estratégia de terror praticada por Pequim e pelas autoridades de Hong Kong”, diz o pesquisador Eric Sautédé, um observador político que vive em Hong Kong.

Uma vez que o Presidente chinês Xi Jinping não dá qualquer sinal de abertura, muitos receiam que Hong Kong perca definitivamente o elevado grau de autonomia que a China e o Reino Unido concordaram em manter até 2047. Especialmente quando Hong Kong já não é tão importante como era em 1997. Atualmente, a RAE representa apenas 3 % da economia chinesa. A instalação legal desde 1997 de 150 chineses continentais por dia altera profundamente a estrutura sociológica da população. Muitos chineses ricos comprar imóveis em Hong Kong para obter uma autorização de residência e um passaporte que lhes permite viajar para o Ocidente sem visto, explica Cabestan e Florença. Hoje, pelo menos um nativo de Hong Kong em sete nasceu na China continental.

Como resultado, as desigualdades, que já são muito fortes neste território, estão apenas aumentando. Comprar uma casa é impossível para crianças de classe média. Ao contrário do que a encantadora paisagem de Hong-Kong Bay parece refletir, a vida lá é muitas vezes difícil e o futuro, tanto político quanto econômico, parece sombrio para muitos de seus habitantes. A crise em Hong Kong é, portanto, existencial.

Original: [Le Monde](#)